



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 130/17-e

Processo nº: 130/17-e

Jurisdicionada: Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap

Assunto: Tomada de Contas Especial – TCE

Órgão Técnico: Secretaria de Contas – SECONT

MPC: Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA

Sessão: Pauta nº 9, S. O. 5194, de 13.2.2020

Publicação: DODF nº 29, de 11.2.2020, pág. 18

Ementa: Tomada de Contas Especial instaurada, por determinação do Tribunal (Decisão nº 6.327/16-CPM, proferida no bojo do Processo nº 3.652/06), para apurar possível prejuízo decorrente de irregularidades verificadas no Contrato nº 551/07, firmado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap com a empresa Conterc – Construção, Terraplanagem e Consultoria Ltda. (Achado 5 – pagamento realizado com custos unitários distintos dos contratados).

NO TRIBUNAL, foi determinada a citação dos responsáveis (Decisão nº 6.327/16-CPM). Apresentação de alegações de defesa.

PARECERES CONVERGENTES: encerramento das contas especiais e arquivamento dos autos, em virtude do ressarcimento integral do dano.

VOTO de acordo com os Pareceres.

RELATÓRIO

Cuidam os autos da Tomada de Contas Especial instaurada, por determinação do Tribunal (inciso II, alínea “b”, da Decisão nº 6.327/16-CPM, exarada no bojo do Processo nº 3.652/06¹), para apurar possível prejuízo decorrente de irregularidades verificadas no Contrato nº 551/07, firmado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap

¹ Que trata de Auditoria de Regularidade realizada com o objetivo de verificar a execução de contratos firmados pela NOVACAP para a realização de obras de pavimentação asfáltica, meios-fios, passeios, drenagem pluvial e estacionamento de área localizada no Trecho 17 do SAI-DF (Contratos nos 551/07 e 552/07).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 130/17-e

com a empresa Conterc – Construção, Terraplanagem e Consultoria Ltda. (Achado 5 – pagamento realizado com custos unitários distintos dos contratados).

2. A referida deliberação, proferida na Sessão Ordinária de 13.12.2016, converteu a matéria em tomada de contas especial e determinou a citação dos responsáveis, **in verbis**:

DECISÃO Nº 6.327/16 (CPM)

“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu [...] II – autorizar: [...] b) com fulcro no art. 46 da Lei Complementar nº 1/94, a conversão da matéria apontada no Achado 5 (pagamento realizado com custos unitários distintos dos contratados) em tomada de contas especial e, com fundamento no art. 13, inciso II da Lei Complementar nº 1/94, a citação dos responsáveis indicados na Tabela 25 para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem defesa, ante a possibilidade de aplicação das sanções previstas nos arts. 56 e 60 da Lei Complementar nº 1/94, ou, se preferirem, recolham o valor integral do débito (R\$ 94.390,98); [...].

Presidiu a sessão, durante o julgamento deste processo, o Conselheiro MANOEL DE ANDRADE. Votaram a Conselheira ANILCÉIA MACHADO e os Conselheiros INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAULO TADEU, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF Procurador-Geral em exercício DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente o Senhor Presidente, Conselheiro RENATO RAINHA.” (grifo nosso)

3. Devidamente cientificados (e-docs 2A05E5F9-c, 9323A06C-c, F46CFA6B-c, 2495CECB-c e FDAF3FA4-c), os Srs. José Evandro Batista da Silva, Jesus Nery de Castro, Paulo Zanolini Facchini, Paulo Roberto Costa Santana e Mário César Faustino Honório apresentaram, em conjunto, as alegações de defesa constantes do e-doc F69D442E-c.

4. Com o intuito de subsidiar a análise da defesa, remeteu-se à então Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos – SINESP o Ofício de Diligência Saneadora nº 15/2018-SECONT (e-doc 3A4FD083-c), por meio do qual foram solicitadas “informações a respeito da cobrança de valores pagos a maior no âmbito do **Contrato nº 551/2007-ASJUR/PRES**, conforme Ofício Novacap nº 1.201/2017-GAB/PRES (Processo 112.002.189/2017)” (grifo no original).

5. Em resposta, a jurisdicionada encaminhou o Ofício SEI-GDF nº 333/2018-SINESP/GAB/ASSESP (e-doc CAC23F80-c).



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 130/17-e

6. Por fim, importa relatar que também foi juntada aos autos documentação apresentada pelos defendentes, a título de complementação das alegações de defesa, com o seguinte teor (e-doc F7203BC9-c):

“O Achado 5 do Relatório Final da Auditoria de Regularidade constatou pagamentos realizados em patamar superior àqueles contratados, o que teria dado origem à um prejuízo ao Erário no valor de R\$ 94.930,98 (noventa e quatro mil e novecentos e trinta reais e noventa e oito centavos).

Em razão de tais conclusões, após reanálise pela NOVACAP, constatou-se o equívoco, e deu-se início ao Processo de Cobrança autuado sob o nº 112.002.189/2017, no âmbito do qual foi promovido o ressarcimento dos valores pagos indevidamente, com os acréscimos legais, conforme comprovante anexos.

Ante o exposto, requerem a juntada dos inclusos comprovantes anexos, sua análise, e, conseqüentemente, o arquivamento do presente processo, nos termos do art. 189, III do RITCDF, eis que houve o ressarcimento integral do dano.”

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

7. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 209/2019-SECONT/3ªDICONTE (e-doc 6CD89632-e), de 18.9.2019, analisa a matéria nos termos seguintes:

“HISTÓRICO PROCESSUAL

A) Breve histórico de fatos relevantes dos Processos nºs. 3.652/2006 e 148/2017-e para melhor entendimento da análise.

2. Na Sessão Ordinária nº 5.032, de 19.04.2018, foi expedida a Decisão nº 1.837/2018, nos autos correlacionados do Processo nº 3.652/2006:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento dos embargos de declaração opostos, conjuntamente, pelos Srs. Jesus Nery de Castro, Paulo Roberto Costa Santana, Paulo Zanolini Facchini, José Evandro Batista da Silva e Mário César Faustino Honório, em face da Decisão nº 316/18 (...) para, no mérito, dar-lhes provimento e atribuir-lhes efeitos infringentes no sentido de: a) tornar sem efeito a Decisão nº 316/18; b) determinar a juntada do documento constante do edoc C84841E3-c aos autos em exame, como razões de justificativa a serem analisadas conjuntamente com as



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 130/17-e

prestadas pelo Sr. Lúcio Oton de Lima (fls. 634/648 e anexo III); II – dar ciência desta decisão aos embargantes e ao Sr. Lúcio Oton de Lima; III – autorizar: a) a juntada de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão aos Processos nºs 130/17-e e 148/17-e; b) o retorno dos autos à Secretaria de Auditoria, para a adoção das providências pertinentes. (grifamos)

Decisão nº 316/2018 (embargada)

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento das razões de justificativa apresentadas pelos Sr. Lúcio Oton de Lima (...), considerando-as, no mérito, improcedentes; II – considerar, com fulcro no art. 13, § 3º da Lei Complementar nº 1/94, revéis os Srs. Jesus Nery de Castro, Paulo Roberto Costa Santanna, Mário César Faustino Honório, Paulo Zanolini Facchini e José Evandro Batista da Silva, por não terem atendido o chamado desta Corte (Decisão nº 6.327/16); III – deixar para aplicar sanção pecuniária aos responsáveis nominados nos incisos I e II após o deslinde das tomadas de contas especiais objeto dos Processos nºs 130/17-e e 148/17-e, em face da correlação dos fatos apurados e da conduta realizada (atesto de serviços); IV – dar ciência desta decisão aos responsáveis suso nominados; (...). (grifamos)

3. Por força da determinação contida no item I.b da Decisão nº 1.837/2018, clonada nestes autos (e-DOC 58B23B28-c – peça 116), as defesas apresentadas no Processo nº 3.652/2006, relativas ao Achado 1, pelos responsáveis arrolados nestes autos (e-DOC C84841E3-c) foram analisadas pelo Corpo Técnico por meio da Informação nº 67/2018 – SEAUD (e-DOC 2AA681D0), que ponderou:

57. Nesse sentido, a nosso ver, as justificativas apresentadas para o **Achado 1 (Execução de serviços não previstos em contrato ou previstos de forma insuficiente)** não se mostraram, nestes autos, suficientes para infirmá-lo.

58. Consequentemente, temos por improcedentes as justificativas apresentadas pelos Srs. Paulo Zanolini Facchini, Jesus Nery de Castro, Paulo Roberto Costa Santana e Mário César Faustino Honório, em face do item II, alínea "a", da Decisão nº 6327/2016 (fls. 606/607).

59. Deve ser ponderado, contudo, no tocante à eventual multa a ser aplicada, o fato de os Justificantes terem sido instados a apresentar alegações de defesa para os fins dos **Achados 5 (Pagamento realizado com custos unitários distintos dos contratados)** e **6 (Pagamento por serviços não realizados)**, assunto objeto dos Processos nº 130/2017-e e 148/2017-e.

60. Nesse raciocínio, pedimos vênias para concordar com o Relator destes autos, quando entendeu que, "No tocante à sugestão de aplicação de penalidade, o momento não se mostra pertinente, pois sobre parte dos serviços atestados também sopesam indícios de prejuízo", razão pela qual "a sanção deverá ser fixada após o deslinde daquelas contas especiais, quando não restará dúvida quanto à gravidade dos reflexos da conduta dos agentes (atesto de serviços). Ademais, em um cenário em que os prejuízos sejam confirmados e este e. Plenário decida por imputá-los unicamente às contratadas, restaria inviabilizada a aplicação de nova multa, em face do princípio do **non bis in idem**"⁵.

(...)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 130/17-e

Conclusão

61. Em síntese, no mérito, em virtude da irregularidade apontada no **Achado 1 (Execução de serviços não previstos em contrato ou previstos de forma insuficiente)**, consideramos:

- a) procedentes as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Lúcio Oton de Lima e José Evandro Batista da Silva, em face do item II, alínea “a”, da Decisão nº 6327/2016;
- b) improcedentes as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Paulo Zanolini Facchini, Jesus Nery de Castro, Paulo Roberto Costa Santana e Mário César Faustino Honório, em face do item II, alínea “a”, da Decisão nº 6327/2016.

62. Tendo em conta a correlação dos fatos apurados com a conduta verificada (pagamento de serviços), eventual multa aplicável aos responsáveis deve aguardar o deslinde dos Processos nº 130/2017-e e 148/2017-e, que tratam das tomadas de contas especiais relacionadas aos **Achados 5 (Pagamento realizado com custos unitários distintos dos contratados) e 6 (Pagamento por serviços não realizados)**.

4. Vale destaque o Parecer nº 771/2017-G3P (e-DOC F54F6E87), parcialmente convergente com a Unidade Instrutiva:

31. Assim, o MPCDF, retificando parcialmente o posicionamento precedente, sugere à Corte, desde já, considerar improcedentes as Razões de Justificativa ofertadas por Lúcio Oton de Lima (fls. 634 a 648), com imediata aplicação de sanção pecuniária, nos termos do art. 57, II, da Lei Complementar n.º 1/1994; porquanto, embora pendentes de apreciação Tomadas de Contas Especiais nos Processos n.ºs 130/17-e e 148/17-e, não havendo decisão meritória naqueles autos, efetivamente, *non bis idem* ou risco dessa ocorrência em relação à sanção pecuniária proposta.

32. Mesmo entendimento, o Ministério Público de Contas tem em relação às Justificativas apresentadas por José Evandro Batista da Silva, porquanto não elidiu a prática de semelhantes atos irregulares a teor do Contrato n.º 551/2007, também inquinado. Assim, nos mesmos termos, improcedentes as Justificativas. É o que, por idênticas razões de fato e direito, sugere à Corte.

33. Quanto às Razões ofertadas por Paulo Zanolini Facchini, Jesus Nery de Castro, Paulo Roberto Costa Santana e Mário César Faustino Honório, no mérito, o MPCDF está de acordo com o Corpo Técnico.

34. Os autos comprovam que o primeiro, juntamente com Lúcio Oton de Lima e José Evandro Batista da Silva, atuou, formalmente indicado pela empresa pública, como executor do Contrato n.º 551/2007–Novacap/Froylan e do Contrato n.º 552/2007–Novacap/Froylan, atestando, de forma indevida, os serviços inquinados. Os demais subscreveram, irregularmente, as medições inquinadas, dando azo, portanto, às graves falhas anotadas na auditoria. Portanto, entendo improcedentes as Razões dos Justificantes, ratificando, nesse sentido, os fundamentos do Parecer precedente.

5. O Tribunal, nos moldes da Decisão nº 4.967/2018, clonada nestes autos (e-DOC F22BB3CE-c – peça 119), decidiu:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento das razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Lúcio Oton de Lima (...) e, conjuntamente, pelos Srs. Jesus Nery de Castro, Paulo Roberto Costa Santana, Paulo Zanolini Facchini, José Evandro Batista da Silva e Mário César Faustino Honório (...), considerando-as, no mérito, improcedentes; II – deixar para aplicar sanção pecuniária aos responsáveis nominados no inciso I após o deslinde das tomadas de contas especiais objeto dos Processos nºs 130/17-e e 148/17-e, em



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 130/17-e

face da correlação dos fatos apurados e da conduta realizada (atesto de serviços); III – dar ciência desta decisão aos responsáveis suso nominados; IV – autorizar: a) a juntada de cópia do relatório/voto do Relator e desta decisão aos Processos n.ºs 130/17-e e 148/17-e; (...) (grifamos).

B) Breve histórico destes autos.

6. O Processo nº 3.652/2006 trata da Auditoria de Regularidade com o objetivo de verificar a execução dos contratos firmados pela NOVACAP para a realização de obras de pavimentação asfáltica, meios-fios, passeios, drenagem pluvial e estacionamento de área localizada no Trecho 17 do SIA-DF (Contratos nºs 551/2007 e 552/2007)³.

7. Em 17.08.2016, foi emitido o Relatório Final da Auditoria de Regularidade (e-DOC CE24920F-c – peça 1), o qual apontou o total de 7 achados advindos da fiscalização feita nos mencionados contratos. Para melhor entendimento, traz-se à colação a apresentação e a identificação do objeto da auditoria (fls. 05/06*):

“1.1 Apresentação

Trata-se de auditoria de regularidade, autorizada pela Decisão nº 1.556/11 (fls. 267), realizada na NOVACAP para verificar a regularidade da execução dos contratos firmados com as empresas Conterc Construção, Terraplanagem Consultoria Ltda. e Froylan Engenharia, Projetos e Comércio Ltda., com vistas à realização de obras de pavimentação asfáltica, meios-fios, passeios, drenagem pluvial e estacionamento de área localizada no Trecho 17 do SIA-DF (Contratos nºs 551 e 552/07).

4. O período de execução da presente auditoria compreendeu os meses de setembro a novembro de 2012.

1.2 Identificação do Objeto

5. Os Contratos nºs 551 e 552/07, objeto da presente auditoria, foram firmados com as empresas vencedoras da Concorrência 1/2006 - ASCAL/PRES, realizada com a finalidade de promover a execução de obras de pavimentação asfáltica, meios-fios, passeios, drenagem pluvial e estacionamento, no Trecho 17 do SIA - DF.

6. A seguir, um quadro-resumo com as principais fases do certame, que culminou na celebração dos Contratos nºs 551/07 (fls.189/197) e 552/07 (fls. 198/206) e aditivos (fls. 207/210).

³ Fiscalização nº 1.3006.12



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 130/17-e

Tabela 1 – Resumo dos Contratos fiscalizados

Proc. GDF:	030.001.492/2005
Concorrência	001/2006 - ASCAL/PRES (fls. 2)
Objeto	Execução de obras de pavimentação asfáltica, meios-fios, passeios, drenagem pluvial e estacionamento, no Trecho 17 do SIA – DF
Valor Estimado	R\$ 8.729.432,41
Tipo de Licitação	Menor Preço - por lotes, na modalidade de CONCORRÊNCIA, no regime de execução indireta - EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO
Atas das propostas de habilitação e de preço	Respectivamente em 21/2/2006 e 24/02/2006 (fls. 158/159).
Data de Homologação	4/10/07 (fls. 187/188)
Lote 01	
Valor Estimado	R\$ 5.084.533,51 (fls. 57)
Participantes	JM Ltda., CONTERC Ltda., CAENGE S/A (fls. 158)
Contratado	CONTERC CONTRUÇÃO, TERRAPLENAGEM e CONSULTORIA LTDA (fls. 189/197), DE 17/10/07
Valor inicial do contrato nº 551/07	R\$ 4.977.766,07 (fls. 189/197)
Valor Aditado	R\$ 1.240.302,32 – 24,91% - (fls. 228/229)
Valor do contrato com aditivos	R\$ 6.218.068,39
Lote 02	
Valor Estimado	R\$ 3.644.898,90 (fls. 65)
Participantes	TORC Ltda., FROYLAN Ltda., JM Ltda.
Contratado	FROYLAN ENGENHARIA, PROJETOS E COMÉRCIO LTDA. (fls. 198/206)
Valor Inicial do Contrato nº 552/07	R\$ 3.575.299,74 (fls. 198/206)
Valor Aditado	R\$ 891.073,62 – 24,92 % (fls. 242/243)
Valor do contrato com aditivos	R\$ 4.466.373,36

8. Com base no relatório, a Corte expediu a Decisão nº 6.327/2016, in verbis:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: (...) II – autorizar: (...) b) com fulcro no art. 46 da Lei Complementar nº 1/94, a conversão da matéria apontada no Achado 5 (pagamento realizado com custos unitários distintos dos contratados) em tomada de contas especial e, com fundamento no art. 13, inciso II da Lei Complementar nº 1/94, a citação dos responsáveis indicados na Tabela 25 para que, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentem defesa, ante a possibilidade de aplicação das sanções previstas nos arts. 56 e 60 da Lei Complementar nº 1/94, ou, se preferirem, recolham o valor integral do débito (R\$ 94.390,98); (...) III – determinar à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – Novacap, se ainda não o fez, que proceda à aferição, em processo administrativo específico, da idoneidade das sociedades empresárias contratadas, Conterc, Construção, Terraplenagem e Consultoria Ltda. e Froylan Engenharia Projetos e Comércio Ltda., com fulcro no que dispõe o art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, c/c Decreto nº 26.851/06; (...).
(grifamos)

9. Em face do decisor, foram citados os responsáveis nos moldes a seguir:

Responsável ⁴	Citação nº / e-DOC	Data do recebimento / e-DOC
--------------------------	--------------------	-----------------------------

⁴ Os Srs. Paulo Roberto Costa Santana (e-doc 305C166A-c), José Evandro Batista da Silva (e-doc D95E0B69-c), Paulo Zanolini Facchini (e-doc AA2019DD-c), Mário Cesar Faustino Honório (e-doc 797FF2AF-c) e Jesus Nery de Castro (e-doc 121437B8-c) requereram prorrogação de prazo para apresentação de defesa, para apresentação de suas alegações de defesa, a qual foi deferida mediante o Despacho Singular nº 91/2017 – GCPC (e-DOC 56B6ED8A-e). Em nova manifestação nos autos, os Srs. Jesus Nery de Castro (e-DOC 00ACBF1D-c) e Mário César Faustino Honório (e-DOC 6E973D14-c) solicitaram novamente prorrogação de prazo, concedida pelo Despacho Singular nº 300/2017 – GCPC (e-DOC A2EC7352-e). Em momento posterior, os Srs. Jesus Nery de Castro (e-DOC 816A6032-



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 130/17-e

<u>Sr. José Evandro Batista da Silva</u> CPF 043.557.683-68	1/2017 – SS C5B42D09-c – peça 3	26.01.2017 2A05E5F9-c – peça 8
<u>Sr. Jesus Nery de Castro</u> CPF 462.710.153-87	2/2017 – SS C0E46A17-c – peça 4	06.02.2017 9323A06C-c – peça 10
<u>Sr. Paulo Zanolini Facchini</u> CPF 033.709158-71	3/2017 – SS A2A12659-c – peça 5	07.02.2017 F46CFA6B-c peça 12
<u>Sr. Paulo Roberto Costa Santana</u> CPF 375.877.496-91	4/2017 – SS 7477AC76-c – peça 6	27.01.2017 2495CECB-c – peça 9
<u>Sr. Mário César Faustino Honório</u> CPF 350.028.323-34	5/2017 – SS 5EB472CC-c – peça 7	06.02.2017 FDAF3FA4-c – peça 11

10. Em conjunto, os responsáveis nominados na tabela supra apresentaram Alegações de Defesa (e-DOC F69D442E-c – peça 91).

11. Para subsidiar a análise, em 22.02.2018, foi expedido o Ofício de Diligência Saneadora nº 15/2018- SECONT solicitando à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos – SINESP “informações a respeito da cobrança de valores pagos a major no âmbito do Contrato nº 551/2007ASJUR/PRES, conforme Ofício Novacap nº 1.201/2017-GAB/PRES (Processo 112.002.189/2017)” (e-DOC 3A4FD083-c – peça 108). Em resposta, a SINESP enviou Ofício SEI-GDF nº 333/2018 - SINESP/GAB/ASSESP (e-DOC CAC23F80-c – peça 113) informando ter enviado o Processo nº 112.002.189/2017, porém, não há nestes autos e nem nos Processos nºs. 3.652/2006 e 148/17-e, os mencionados autos associados.

ANÁLISE DAS DEFESAS

Defesas apresentadas, em conjunto, pelos Srs. Jesus Nery de Castro, Paulo Roberto Costa Santana, Paulo Zanolini Facchini, José Evandro Batista da Silva e Mário César Faustino Honório (e-DOC F69D442E-c), em atenção à Decisão nº 6.327/2016.

12. **Argumentos:** às fls. 01/03 da defesa apresentaram resumo dos fatos que ocorreram no processo. À fl. 02 informaram:

“Acerca do referido achado, o que se verificou é que, no momenta de se inserir as preços no programa “Calcméd”, utilizado pela NOVACAP, para conferência

c), Mário César Faustino Honório (e-DOC EA01A525-c) e Paulo Zanolini Facchini (e-DOC 3677A136-c) solicitaram nova prorrogação de prazo, deferida pela Despacho Singular nº 401/2017 – GCPM (e-DOC 6BC9D725-e). Após novo pedido de dilação por mais 30 feito pelos Srs. Paulo Roberto Costa Santana e José Evandro Batista da Silva (e-docs F7BE1942-c e F8F9CDA1-c), a Decisão nº 3.853/2017 concedeu e estendeu para os demais responsáveis prazo.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 130/17-e

e pagamento das citadas medições, **por um equívoco**, - foram considerados os valores referentes a Planilha Orçamentária da Licitação e não os valores da Planilha de Custos do Contrato.

Uma vez constatado tal equívoco, a área técnica da Diretoria de Urbanização da NOVACAP, iniciou os procedimentos necessários à cobrança dos valores pagos a maior para a empresa CONTERC - Construções Terraplenagem e Consultoria LTDA., conforme Memorando nº 34/2017 -

SEFISO/DIOB/DEINFRA/DU, de 19/06/2017.

Foi apurado que o valor atualizado a ser restituído pela Contratada e de R\$ 97.808,58 (...)” (grifamos)

13. À fl. 03, destacaram que a Assessoria Jurídica da NOVACAP emitiu o Parecer nº 367/2017 concluindo que a titularidade para a cobrança dos referidos valores seria da SINESP, à qual foi encaminhado o Processo nº 112.002.189/2017 para adoção de providências necessárias à cobrança judicial do valor supra mencionado.

14. Às fls. 03/04, aduziram que o equívoco colacionado ocorreu, porém suas condutas foram desprovidas de dolo e de má-fé, sem intenção de gerar dano ao erário. Ademais, questionaram a ocorrência deste, afirmando não ter havido sobrepreço ou superfaturamento (fl. 03): “(...) classificar os referidos valores como dano ao erário é discutível, pois em que pese terem sido imputados e pagos valores diversos daqueles previstos em contrato, tais valores foram os utilizados no orçamento da NOVACAP para a licitação, os quais eram condizentes com o mercado”.

15. À fl. 04, concluíram o raciocínio alegando que, na hipótese da ocorrência do prejuízo apurado, haveria falta de dolo, o elemento subjetivo essencial à determinação de sua responsabilidade. Às fls. 04/05, trouxeram jurisprudências para corroborar a impossibilidade de responsabilização.

16. Por fim, concluíram (fls. 05/06):

“Repita-se que tais valores, ainda que cobrados de forma diversa da pactuada, não representaram superfaturamento, ou sobrepreço, pois foram extraídos da planilha orçamentária referencial da licitação, a qual contemplou os preços compatíveis com o mercado.

Ressalte-se, por fim, que todas as medidas necessárias para a devolução de tais valores pela Empresa Contratada, a cargo da NOVACAP, foram adotadas, conforme documentos anexados a essa defesa”.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 130/17-e

17. **Análise:** após a apresentação das alegações de defesa acima resumidas, os defendentes apresentaram documento informando que houve o ressarcimento integral do prejuízo pela NOVACAP, nestes termos: “(...) após reanálise pela NOVACAP, constatou-se o equívoco, e deu-se início ao Processo de Cobrança autuado sob o nº 112.002.189/2017, no âmbito do qual foi promovido o ressarcimento dos valores pagos indevidamente, com os acréscimos legais, conforme comprovantes anexos” (e-DOC F7203BC9-c – peça 112). Nesse Documento há despacho do Subsecretário de Administração Geral da então SINESP demonstrando qual o valor do prejuízo (fls. 13/14):

O Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF, ao indicar o valor pago a maior, na decisão supramencionada, aponta que tais valores foram efetuados nos faturamentos das 2ª, 5ª e 6ª medição do contrato em epígrafe, no montante de **R\$ 94.390,98** (noventa e quatro mil, trezentos e noventa reais e noventa e oito centavos), de acordo com o Relatório Final de Auditoria, disponível no sítio eletrônico do mesmo TCDF, como segue:

MEDICÃO	VALOR FATURADO R\$	VALOR FATURADO A MAIOR R\$
2ª	1.026.247,25	69.596,17
5ª	1.952.856,14	22.779,72
6ª	777.826,96	2.014,98
TOTAIS	3.756.930,35	94.390,87

Entretanto, a 6ª medição constante no processo nº 112.003.932/2010, ainda não foi paga, apesar de ter sido publicado seu reconhecimento de dívida no DODF nº 228, de 29 de novembro de 2011, pag. 77, e ter sido emitida a 2011NE00555, em 29/11/2011, fl. 237, para cobrir a despesa em tela, sendo que a mesma foi cancelada com data de 31/12/2011, através da 2011NE00878, por força da aplicação do Decreto nº 33.478, de 04 de janeiro de 2012, ficando sem novas providências de pagamento até a presente data.

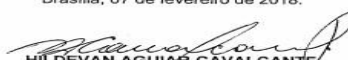
Nos termos do despacho da Assessoria Jurídica da NOVACAP, às fls. 184/185, efetuamos o cálculo do ressarcimento utilizando a variação do INPC, entre a data dos pagamentos a maior e do último índice divulgado até a presente data (dezembro/2017), que ficou no valor total de **R\$ R\$ 161.105,77** (cento e sessenta e um mil, cento e cinco reais e setenta e sete centavos), conforme segue:

1 - DEMONSTRATIVO DO RESSARCIMENTO:

MEDICÃO	DATA DO PAGAMENTO	VALOR PAGO A MAIOR R\$	VALOR CORRIGIDO PELO INPC – R\$
2ª	22/04/2008	69.596,17	123.526,95
5ª	02/07/2009	22.779,72	37.578,82
TOTAIS		92.375,89	161.105,77

Após as providências relativas ao presente ressarcimento, solicitamos anexar nos autos o comprovante do recolhimento em pauta, e encaminhar o presente processo à SUAF/SINESP, para ciência e posterior encaminhamento ao GAB/SINESP, para comunicação ao E. Tribunal de contas do Distrito Federal – TCDF, do cumprimento da DECISÃO Nº 6327/2016.

Brasília, 07 de fevereiro de 2018.


HILDEVAN AGUIAR CAVALCANTE
Subsecretário

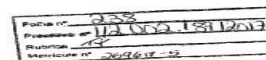
18. Informada do débito, a empresa Contertec Construção Terraplanagem e Consultoria enviou à SINESP o comprovante dos pagamentos (fls. 21/23 do e-DOC F7203BC9-c – peça 112):



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.10/S1

Proc.: 130/17-e



Brasília (DF), 21 de fevereiro de 2018

A

Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos - SINESP

COAFO

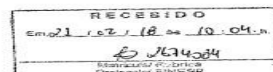
NESTA

Prezados Senhores,

Estamos encaminhando para providências, comprovantes de pagamento dos DAR's correspondentes à Notificação SEI-GDF nº 2/2018 – SINESP/SUAG, para anexação ao processo correspondente.

Atenciosamente,

CONTERC – CONSTRUÇÃO, TERRAPLENAGEM E CONSULTORIA LTDA
Engº Civil Franco Lauro Botelho – Sócio/Responsável Técnico.



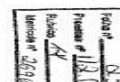
-BRB- Banco de Brasília - 078 - 28/02/2018 15:26
PA:060 T.:3005 TRN:332008 NSU:202449

Recibo de Arrecadação Eletrônica

Cod. Barras:
65690001238111060000000218000005271900600039651
Convenio: SEFAZ-DF / ARRECADACAO
Data de Pagamento: 28/02/2018
Forma de pagamento: Dinheiro
Conta de Debito:
Principal:.....37.605,20
Desconto:.....0,00
Multa:.....0,00
Juros:.....0,00
Acréscimos:.....0,00
Total:.....37.605,20

-Comprovante emitido em papel termossensível.
A vida útil dos dados impressos é de 5 anos, mas é preciso tomar alguns cuidados: Não exponha o papel em contato direto com plásticos, óleos ou produtos químicos, evite também exposição a luz do sol, lâmpadas fluorescentes, fontes de calor e umidade excessiva.

Telefone da Ouvidoria - 0800 642 1105
SAC BRB 0800 640 6161
SAC BRB 0800 640 6162 (Portadores de Nec Espec)
Autenticação: 40204CF0



-BRB- Banco de Brasília - 078 - 28/02/2018 15:27
PA:060 T.:3005 TRN:332008 NSU:202851

Recibo de Arrecadação Eletrônica

Cod. Barras:
65690001238111060000000218000005271900600039651
Convenio: SEFAZ-DF / ARRECADACAO
Data de Pagamento: 28/02/2018
Forma de pagamento: Dinheiro
Conta de Debito:
Principal:.....123.811,06
Desconto:.....0,00
Multa:.....0,00
Juros:.....0,00
Acréscimos:.....0,00
Total:.....123.811,06

-Comprovante emitido em papel termossensível.
A vida útil dos dados impressos é de 5 anos, mas é preciso tomar alguns cuidados: Não exponha o papel em contato direto com plásticos, óleos ou produtos químicos, evite também exposição a luz do sol, lâmpadas fluorescentes, fontes de calor e umidade excessiva.

Telefone da Ouvidoria - 0800 642 1105
SAC BRB 0800 640 6161
SAC BRB 0800 640 6162 (Portadores de Nec Espec)
Autenticação: 0843CD03



19. Assim, os defendentes comprovaram que providências foram tomadas e que o prejuízo apurado foi ressarcido pela prestadora dos serviços do Contrato nº 551/2007.

20. Assim, as alegações de defesa merecem prosperar, podendo ser consideradas procedentes.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 130/17-e

CONCLUSÃO

21. Diante do exposto, considerando-se que foi comprovada a quitação do prejuízo apurado no Achado 5 do Relatório Final da Auditoria de Regularidade pela empresa Contertec Construção Terraplanagem e Consultoria (fls. 21/23 do eDOC F7203BC9-c – peça 112), entendemos que o Tribunal, possa, no mérito, considerar procedentes as Alegações de Defesa apresentadas, em conjunto, pelos

Srs. Jesus Nery de Castro, Paulo Roberto Costa Santana, Paulo Zanolini Facchini, José Evandro Batista da Silva e Mário César Faustino Honório (e-DOC F69D442E-c – peça 91).

22. Dessa forma, entendemos que não restam providências a serem adotadas por esta Corte, podendo a presente TCE ser encerrada nos moldes dos art. 189, §6º, inciso III do RI/TCDF c/c art. 13, I, da Resolução nº 102/1998.

23. Por fim, nos termos contidos no item II da Decisão nº 4.967/2018 deverá ser juntada cópia da decisão que vier a ser proferida e desta Informação no Processo nº 3.652/2006, destacando-se que esta TCE não possui influência naqueles autos.”

8. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal que:

“I. tome conhecimento:

a) das Alegações de Defesa apresentadas, em conjunto, pelos Srs. Jesus Nery de Castro, Paulo Roberto Costa Santana, Paulo Zanolini Facchini, José Evandro Batista da Silva e Mário César Faustino Honório (e-DOC F69D442E-c), para, no mérito, considerá-las procedentes;

b) dos documentos juntados aos autos (e-DOC F7203BC9-c) que comprovam o ressarcimento do prejuízo pela empresa Contertec Construção Terraplanagem e Consultoria;

II. considere encerrada a TCE em exame com fulcro nos art. 189, §6º, inciso III do RI/TCDF c/c art. 13, I, da Resolução nº 102/1998;

III. autorize:

a) a juntada de cópias da decisão que vier a ser proferida e desta Informação ao Processo nº 3.652/2006;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes e posterior arquivamento;”



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.10/S1

Proc.: 130/17-e

MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

9. O Ministério Público de Contas, por meio do Parecer nº 719/2019-G4P (e-doc F8D756C7-e), de 20.11.2019, da lavra do Procurador MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA, aquiesce à proposta apresentada pela Unidade Instrutória.

É o Relatório.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 130/17-e

VOTO

10. Nesta fase, examinam-se as alegações de defesa apresentadas pelos Srs. José Evandro Batista da Silva, Jesus Nery de Castro, Paulo Zanolini Facchini, Paulo Roberto Costa Santana e Mário César Faustino Honório², em atenção à Decisão nº 6.327/16-CPM, em decorrência de possíveis irregularidades verificadas no Contrato nº 551/07, firmado pela Novacap com a empresa Conterc – Construção, Terraplanagem e Consultoria Ltda.³

11. O Corpo Técnico, com aquiescência do douto **Parquet**, sugere o encerramento destas contas especiais, com fulcro no art. 189, § 6º, inciso III, do RI/TCDF⁴ c/c o art. 13, inciso I, da Resolução nº 102/98⁵, em virtude da juntada de documentos que comprovam o ressarcimento integral do prejuízo pela empresa contratada.

12. Passa-se à apreciação.

13. Assiste razão aos Pareceres. Compulsando os autos, verifica-se que os valores de R\$ 123.811,06 e de R\$ 37.665,26, constantes dos recibos de arrecadação eletrônica de fls. 22 e 23 do e-doc F7203BC9-c, correspondem, respectivamente, aos montantes atualizados dos valores faturados a maior na 2ª e 5ª medições do Contrato nº 551/07 – totalizando R\$ 161.476,32⁶.

15. Quanto ao suposto prejuízo de R\$ 2.014,98 (valor original) referente à 6ª medição do citado contrato, a Subsecretaria de Administração Geral da então Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos – SINESP **esclareceu que a nota de empenho emitida para cobrir a despesa foi cancelada**, não se concluindo, portanto, as demais fases da execução da

² Os Srs. José Evandro Batista da Silva, Jesus Nery de Castro, Paulo Zanolini Facchini, Paulo Roberto Costa Santana e Mário César Faustino Honório apresentaram as alegações de defesa constantes do e-doc F69D442E-c, posteriormente complementadas pelos documentos constantes do e-doc F7203BC9-c

³ Foi apontado um prejuízo de **R\$ 94.930,98** (valor original) no Relatório Final da Auditoria de Regularidade tratada no Processo nº 3.652/06, realizada com o objetivo de verificar a execução de contratos firmados pela NOVACAP para a realização de obras de pavimentação asfáltica, meios-fios, passeios, drenagem pluvial e estacionamento de área localizada no Trecho 17 do SAI-DF – Achado 5 (e-doc CE24920F-c).

⁴ Art. 189. A tomada de contas especial prevista no caput e no § 1º do art. 187 deste Regimento, será encaminhada ao Tribunal para julgamento, se o dano ao erário for de valor igual ou superior à quantia fixada para esse efeito. [...] § 6º Será encerrada a tomada de contas especial, em quaisquer de suas fases, e determinado o seu arquivamento pelo Tribunal, uma vez constatado que: [...] III - houve o ressarcimento integral do dano.

⁵ Art. 13. Não se dará prosseguimento à tomada de contas especial, encerrando-se os procedimentos em qualquer fase do processo, quando houver: I - ressarcimento integral do dano ou reposição do bem pelos responsáveis; [...].

⁶ Os valores originais eram de R\$ 69.596,17 e de R\$ 22.779,72, conforme documentos de fls. 4/21 do e-doc F7203BC9-c.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.10/S1

Proc.: 130/17-e

despesa (fl. 13 do e-doc F7203BC9-c).

Em face do exposto, uma vez que não restam providências a cargo do controle externo, VOTO, em harmonia com os Pareceres, no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento:

a) das alegações de defesa apresentadas, em conjunto, pelos Srs. José Evandro Batista da Silva, Jesus Nery de Castro, Paulo Zanolini Facchini, Paulo Roberto Costa Santana e Mário César Faustino Honório (e-doc F69D442E-c), complementadas pela documentação constante do e-doc F7203BC9-c, para, no mérito, considerá-las procedentes;

b) do Ofício de Diligência Saneadora nº 15/2018-SECONT (e-doc 3A4FD083-c) e do Ofício SEI-GDF nº 333/2018-SINESP/GAB/ASSESP (e-doc CAC23F80-c);

II. considere regular o encerramento da presente tomada de contas especial, com fulcro no art. 189, § 6º, inciso III, do RI/TCDF c/c o art. 13, inciso I, da Resolução nº 102/98;

III. autorize:

a) a juntada de cópia da Informação nº 209/2019-SECONT/3ªDICONTE (e-doc 6CD89632-e), deste Relatório/voto e da decisão que vier a ser proferida ao Processo nº 3.652/06;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas para adoção das providências pertinentes e posterior arquivamento.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2020.

JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS
Conselheiro – Relator

Distribuição de cópias antecipadas